Fitossanitário, constante do mapa 1 anexo à Portaria n.º 535/99, de 23 de Junho, e no artigo 34.º do Decreto Regulamentar n.º 13/97, de 6 de Maio, no *Correio da Manhã*, no *Diário da República* e na bolsa de emprego público.

Decorreram as operações de selecção a cargo do júri de acordo com os métodos de selecção então publicitados na bolsa de emprego público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo a concurso a candidata Maria Manuel Gonçalves Mesquita.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que, face a tais resultados, a candidata Maria Manuel Gonçalves Mesquita possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Pelo que, aceitando a proposta de nomeação, nomeio no cargo de chefe da Divisão de Controlo Fitossanitário a licenciada Maria Manuel Gonçalves Mesquita, em comissão de serviço e pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeito à data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2005. — O Director Regional, *Carlos Guerra*.

Nota curricular

Dados pessoais — Maria Manuel Gonçalves Mesquita, casada, nascida em 21 de Dezembro de 1960, natural de São Martinho de Anta, Sabrosa, Vila Real, e residente na Rua de São Mamede, 9, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, 5000 Vila Real.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Agrícola pela UTAD;
Estágio final de curso, realizado na Divisão de Genética e Melhoramento de Plantas da UTAD.

Experiência profissional:

Ingresso na Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes em 1985 como técnica superior da carreira de engenheiro. Desde 2001, técnica superior principal da carreira de engenheiro, a partir de 1997, a desempenhar funções na Divisão de Controlo Fitossanitário, tendo sido nomeada inspectora fitossanitária para a área agrícola (despacho de 9 de Julho de 1998), tendo a seu cargo o desempenho das seguintes funções:

Responsável pela coordenação do Sector de Inspecção Fitossanitária; no âmbito desta área de trabalho destaque para a realização de inspecções de controlo fitossanitário aos produtos de natureza vegetal importados/exportados de ou para países terceiros, designadamente batata de semente, manga, castanha, maçã, pêssego, azeitona, azeite e cogumelos;

Realização de inspecções para certificação de material de propagação vegetativa e de sementes, com destaque para a batata de semente, materiais vitícolas, fruteiras e ornamentais;

Inspecção, prospecção e controlo fitossanitário de viveiros de fruteiras, vitícola e culturas protegidas;

Prospecção e zonagem de organismos de quarentena através de observação visual, colheita de material vegetal e respectiva análise laboratorial, bem como execução das respectivas acções de controlo e erradicação dos mesmos, designadamente o fogo bacteriano das pomóideas e doença de Sharka das prunóideas, a *Bemista tabaci* e os *Thrips palmi* das hortícolas, a tristeza e a *Toxoptera* dos citrinos, o pus ou mal murcho da batateira, o *Curtobacterium flaccumfaciens* em feijoeiro, o *Scaphoideus titanus* — vector da flavescência dourada em material vitícola, a *Diabrotica virgifera* em campos de milho e a *Phytophthora ramorum* em ornamentais;

Apoio na execução das acções de fiscalização e controlo da protecção integrada e luta química aconselhada no âmbito das medidas agro-ambientais;

Inscrição e registo de novos operadores económicos;
Coordenação e execução do Programa de Erradicação do Cancro do Castanheiro, entre 1997 e 2000;
Frequência de vários cursos de formação profissional na área funcional da Divisão.

Despacho n.º 576/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Dezembro de 2005 do director regional de Agricultura de Trás-os-Montes:

Manuel Ferreira de Moura, assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes — nomeado em regime de substituição para o cargo de chefe de secção de Aprovisionamento, pelo período de dois meses, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*.

Filipe Jorge Henriques Ferreira de Almeida, técnico de 1.ª classe da carreira técnica do quadro da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes — nomeado em regime de substituição para o cargo de chefe de repartição de Administração Geral, pelo período de dois meses, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2005. — O Director Regional, *Carlos Guerra*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 577/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, n.º 16 229/2005 (2.ª série), de 7 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 26 de Julho de 2005, subdelego no conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., em relação à gestão do quadro de pessoal transitório afecto à empresa, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Autorizar, nas condições previstas na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, a prestação e pagamento de trabalho extraordinário para além dos limites estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 daquele preceito legal, sem contudo exceder um terço do vencimento mensal, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º do mesmo diploma;

1.2 — Conceder licenças sem vencimento até um ano, ou de longa duração, bem como autorizar o regresso à actividade, nos termos dos artigos 76.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;

1.3 — Determinar a suspensão preventiva de funcionários ou agentes em processos disciplinares, a que se refere o n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

1.4 — Autorizar a passagem de certidões por prova testemunhal, nos termos e para os efeitos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 134/79, de 18 de Maio.

2 — Ficam autorizadas as subdelegações de competência elencadas no número anterior.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 14 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados os actos entretanto praticados no âmbito das referidas competências.

19 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 578/2006 (2.ª série). — Considerando as disposições vertidas no despacho n.º 21 777/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Outubro de 2005, relativas às regras de atribuição de subsídios aos armadores nacionais para atenuar os encargos com tripulações afectas a navios do registo convencional;

Considerando o valor remanescente de € 1 300 852,19 disponível para este projecto, nos termos do despacho n.º 21 777/2005, e o reforço de € 700 000 entretanto aprovado, por despacho de 11 de Novembro de 2005 da Secretária de Estado dos Transportes, tem-se uma verba total disponível de € 2 000 852,19 para atribuir.

Considerando que o montante global das candidaturas elegível nos termos do referido despacho é de € 3 569 462,18, procedeu-se, em conformidade com o estabelecido no n.º 6 do referido despacho n.º 21 777/2005, à distribuição *pro rata* daquela verba total disponível pelas candidaturas apresentadas.

Tomando por referência a proposta formulada pelo IPTM, nos termos do n.º 9 do despacho n.º 21 777/2005, de 18 de Outubro: Determino:

1 — A atribuição de subsídios às seguintes empresas:

- a) À Empresa de Navegação Madeirense, L.^{da}, o subsídio de € 167 009,45;
- b) À Mutualista Açoreana de Transportes Marítimos, S. A., o subsídio de € 334 317,15;
- c) À Navegar — Companhia Portuguesa de Navegação Internacional, S. A., o subsídio de € 95 472,67;
- d) À Portline — Transportes Marítimos Internacionais, S. A., o subsídio de € 336 975,68;
- e) À TRANSINSULAR — Transportes Marítimos Insulares, S. A., o subsídio de € 964 693,93;
- f) À Vieira & Silveira — Transportes Marítimos, S. A., o subsídio de € 102 383,31.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

30 de Novembro de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Despacho n.º 579/2006 (2.ª série). — Considerando que a linha do Norte, com cerca de 335 km de extensão, está inserida no principal eixo ferroviário do País, Braga-Faro, sendo o troço mais importante desta espinha dorsal da malha ferroviária portuguesa, pois nele confluem as linhas mais relevantes do sistema ferroviário nacional, sendo que alguns dos troços da linha do Norte estão muito próximos dos seus limites de saturação, impondo-se, pois, a sua modernização de modo a conferir-lhe não só uma maior capacidade de oferta como uma substancial melhoria na segurança, qualidade, fiabilidade e competitividade, com a consequente racionalização de custos;

Considerando que, pelos despachos n.ºs 11 552/2003 (2.ª série), de 7 de Maio, 12 937/2004 (2.ª série), de 4 de Junho, 25 155/2004 (2.ª série), de 9 de Novembro, e 7031/2005 (2.ª série), de 25 de Fevereiro, publicados, respectivamente, no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 135, de 12 de Junho de 2003, 153, de 1 de Julho de 2004, 286, de 7 de Dezembro de 2004, e 66, de 5 de Abril de 2005, foi declarada de utilidade pública, com carácter de urgência, a expropriação de determinados bens imóveis e dos direitos a eles inerentes, considerados necessários para as obras de modernização da via férrea, no subtroço Alhandra-Setil;

Considerando a necessidade de rever e rectificar parte deste projecto de via, entre os quilómetros 36,000 a 37,000 (fl. 5), 40,000 a 43,000 (fls. 9 a 11) e ainda o projecto do caminho rural para supressão da passagem de nível ao quilómetro 38,544, verifica-se a necessidade da aquisição de novas parcelas, da alteração de áreas em algumas parcelas, e da dispensa de outras, com a consequente desoneração de DUP de algumas áreas afectadas:

Assim, a requerimento da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P., considerando ainda que a realização desta obra é de manifesto interesse público, para o que é indispensável a expropriação de terrenos para além dos limites do domínio público ferroviário, e tendo em vista a continuação dos trabalhos, nos termos e ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, 14.º e 15.º, todos do Código de Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e da delegação de competências constante do despacho n.º 16 347/2005 (2.ª série), de 7 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, determino o seguinte:

1 — A rectificação da declaração de utilidade pública constante dos despachos acima referidos, com carácter de urgência, na medida das alterações agora introduzidas nos mapas de áreas, cuja publicação se promove em anexo, considerando-se igualmente alterados os desenhos n.ºs PI-109, 110, 112, 113 e PI-117, que se publicam igualmente em anexo.

2 — Autorizar a REFER, E. P., a tomar posse administrativa dos mesmos bens, ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º do citado Código.

3 — Os encargos com as expropriações são de responsabilidade da REFER, E. P., para os quais dispõe de cobertura financeira.

14 de Dezembro de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

MAPA DE ÁREAS

Linha do Norte

Troço 1.2 — Alhandra-Setil

Quilómetro 36+000 a quilómetro 37+000

Distrito: Lisboa.
Concelho: Vila Franca de Xira.
Freguesia: Castanheira do Ribatejo.

Data: Julho de 2005.

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Área com DUP a dispensar (metros quadrados)
			Matriz	Registro predial		
PI-109	13/1	Manuel Henriques da Silva Abrantes e outro, Estrada da Vala, 33, 1.º, direito, Vivenda Abrantes, 2600-733 Castanheira do Ribatejo.	Urbano omissio		2 906	
PI-109	13/2	Manuel Henriques da Silva Abrantes e outro, Estrada da Vala, 33, 1.º, direito, Vivenda Abrantes, 2600-733 Castanheira do Ribatejo.	Urbano 1590	00708/990730 27567 LB80 F19		3 034